

O NACIONALISMO EM ÂMBITO LOCAL: AS COMEMORAÇÕES ESCOLARES NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

Gisele Belusso¹

RESUMO: Durante o Estado Novo a escolarização imbuu-se de discursos nacionalistas e para tanto utilizou-se das festas escolares para disseminá-los. Com tal premissa o artigo tem por objetivo perceber quais foram as comemorações escolares e como efetivaram-se no âmbito local, isto é, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Farroupilha/RS, no ano de 1942. As fontes documentais mobilizadas para a escrita foram: Livro de Atas de comemorações cívicas de 1942, fotografias, biografia de um ex-aluno e narrativas de história oral. Os pressupostos teóricos que embasam a análise são a História Cultural e a História da Educação. A metodologia utilizada foi análise documental e História Oral. Com relação às festas escolares, conclui-se foram marcadas por datas comemorativas para festejar os heróis nacionais e os discursos nacionalistas que tinham especial sentido no local, constituído por migrantes e descendentes. A programação das festas escolares contemplou tanto momentos religiosos, quanto práticas escolares como redações, declamações, canto dos hinos e desfiles.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Escolar. Instituição Escolar. Legislação Escolar. Nacionalismo.

NATIONALISM AT LOCAL SCOPE: SCHOOL CELEBRATIONS AT NOSSA SENHORA DE LOURDES COLLEGE

ABSTRACT: During the Estado Novo, schooling imbued with nationalist discourses and for this purpose used school parties to disseminate them. With this premise the article aims to understand what were the school celebrations and how they took place at the local level, that is, at the Colégio Nossa Senhora de Lourdes, in Farroupilha/RS, in 1942. The documentary sources mobilized for writing were: Book of Minutes of civic celebrations of 1942, photographs, biography of a former student and oral history narratives. The theoretical assumptions that underlie the analysis are cultural history and the history of education. The methodology used was documentary analysis and Oral History. With regard to school parties were marked by commemorative dates to celebrate national heroes and nationalist

¹ Doutora em Educação (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, bolsista CAPES. Mestra em Educação (2016) e graduação em Pedagogia (2006) pela mesma instituição. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS. E-mail: giselebelusso@hotmail.com

discourses that had special meaning on the site, consisting of migrants and descendants. The program of school parties contemplated both religious moments and school practices such as essays, declamations, singing of hymns and parades.

Keywords: History of Education. School Education. School institution. School legislation. Nationalism.

EL NACIONALISMO EN EL ÁMBITO LOCAL: CELEBRACIONES ESCOLARES EN COLEGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

RESUMEN: Durante el Estado Novo, la escolarización impregnada de discursos nacionalistas y para ello utilizó a los partidos escolares para difundirlos. Con esta premisa el artículo tiene como objetivo entender cuáles fueron las celebraciones escolares y cómo tuvieron lugar a nivel local, es decir, en el Colegio Nossa Senhora de Lourdes, en Farroupilha/RS, en 1942. Las fuentes documentales movilizadas para la escritura fueron: Libro de Actas de celebraciones cívicas de 1942, fotografías, biografía de un antiguo estudiante y narraciones de historia oral. Las suposiciones teóricas que subyacen al análisis son la historia cultural y la historia de la educación. La metodología utilizada fue el análisis documental y la Historia Oral. Con respecto a los partidos escolares estuvieron marcados por fechas conmemorativas para celebrar héroes nacionales y discursos nacionalistas que tenían un significado especial en el sitio, que consiste en migrantes y descendientes. El programa de fiestas escolares contempló tanto momentos religiosos como prácticas escolares como ensayos, declamaciones, canto de himnos y desfiles.

Palabras clave: Historia de la Educación. Educación Escolar. Institución escolar. Legislación escolar. Nacionalismo.

Considerações iniciais

O final do século XIX e começo do século XX imprimem uma marca na História da Educação, com a implantação de uma crescente organização dos sistemas estatais de ensino vistos como bandeiras nos projetos dos Estados Nacionais e da modernidade educativa. Assim, a educação, conforme argumentam Carvalho e Carvalho (2012, p. 50):

[...] se sobressaía dentre os chamados grandes problemas nacionais em rediscussão. Se a urbanização e modernização cresciam, também crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas – elementares – de leitura, escrita e cálculo eram essenciais ao desempenho de certas atividades centrais na modernidade.

A isso soma-se a ideia de que a escola era responsável por um processo civilizador, pela formação de um novo cidadão adequado aos princípios liberais e positivistas. Como consequência a escola deveria ser mecanismo de transmissão e defesa de tais valores (CARVALHO; CARVALHO, 2012).

Foram várias as decorrências desse processo tais como: a discussão de novos modelos educacionais, as reformas de ensino, a padronização dos currículos e outros aspectos da vida escolar, dentre eles, as datas a serem comemoradas. Dinâmica que, durante o contexto do Estado Novo², decorrente do acirramento da nacionalização do ensino, apresentou contornos mais definidos e controlados em busca da afirmação de uma identidade nacional. Compreende-se assim as festas escolares como elementos constitutivos da cultura escolar, como modos de fazer e pensar o cotidiano escolar (VIÑAO FRAGO, 1995).

Com intuito de perceber quais foram os momentos de comemoração e como efetivaram-se em âmbito local no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, foram recuperados os seguintes documentos: Livro de Atas de Comemorações Cívicas de 1942, fotografias e narrativas de história oral. As fontes foram localizadas em diferentes acervos, durante uma pesquisa mais ampla sobre o processo histórico-institucional do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, perscrutando as culturas escolares, especificamente sujeitos e práticas escolares.

O Livro de Atas pertence ao acervo escolar da instituição; as fotografias, ao Museu Casa de Pedra, além de documentos de acervos pessoais e a publicação da autobiografia de aluno Dino José Dorigon. O aporte teórico que subsidia a análise é a História Cultural e a História da Educação. A metodologia foi a análise documental e a História Oral.

As narrativas de história oral são resultantes das entrevistas realizadas pela pesquisadora, gravadas e posteriormente transcritas para análise. A autorização de

² Regime autoritário que foi implantado com o golpe de 1937, que pode ser caracterizado como um período de centralização política, intervenção estatal e defesa de um modelo antiliberal de organização da sociedade. Momento em que as liberdades civis foram suspensas, o parlamento foi dissolvido, partidos políticos sofreram extinção e a repressão policial passou a ser recurso. O país passou por mudanças estruturais encaminhando-se para uma nação urbanizada e industrializada. Áreas consideradas estratégicas receberam investimento, tais como as Forças Armadas, cultura e educação. A busca de um sentimento de identidade nacional constituiu condição para o fortalecimento do Estado Nacional e atraiu vários intelectuais. A imigração, nesse contexto, passa a ser restringida. Foram ainda esforços no período a consolidação das leis trabalhistas e o controle de propaganda através do Departamento de Imprensa e propaganda, no sentido de censurar o que não deveria ser divulgado e disseminar propagandas que fortalecessem o regime (PANDOLFI, 1999).

uso foi concedida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e todos os entrevistados optaram por se identificar. A seguir apresentam-se os sujeitos entrevistados, sua data de nascimento, o lugar social no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e o período em que frequentaram a instituição escolar (Quadro 1).

Quadro 1 — Entrevistados.

Entrevistado (a)	Data de nascimento	Lugar social no Colégio	Período
Dino José Dorigon	1929	Aluno do primário	Década de 1930 e 1940
Ir. Mafalda Seganfredo	1928	Professora primário e ginásial (Francês/História e Educação Física) Aluna do curso ginásial Diretora	1951 - 1962 Década de 1950 1975

Fonte: Elaborado pela autora a partir das narrativas de história oral.

Dino José Dorigon rememora do lugar de aluno e Mafalda Seganfredo enquanto professora e aluna do Colégio.

A História Oral permitiu constituir essas novas fontes, assim produzindo conhecimentos históricos e científicos e não apenas “um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’” (LOZANO, 2005, p. 17). Para Thompson (1998, p. 197), “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas, apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras [...]”.

Não se desconsidera que o relato oral seja uma representação da realidade que cada indivíduo faz e, a partir disso, é necessário certo distanciamento para interpretá-lo. O silêncio e o esquecimento serviram de recursos para uma análise ampla sem perder de vista que a História Oral tem como fonte a memória. A memória é singular, mas não individual, pois as vivências dos sujeitos aconteceram em um contexto e estão atreladas a ele. Na visão de Alberti (2005, p. 163), “o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social”. Portanto, é preciso ler cuidadosamente toda a narrativa e tentar compreender as condições de sua produção com relação à história de vida do entrevistado e do objeto de pesquisa, sua geração, seus grupos e sua forma de conceber uma visão de mundo.

Os documentos não são produções que surgem ao acaso, não são consideradas neutras, nem surgem aleatoriamente, assim como sua preservação e manutenção, pode-se afirmar que existe sempre alguma motivação ao se produzir algo (BACELLAR, 2005). Para realizar a análise documental adequada nesta pesquisa, considerou-se o contexto social, cultural, econômico e político em que tais documentos foram produzidos, questionando: Quem produziu? De que lugar social? Para quem foi produzido? Quem foram seus interlocutores? Quais opiniões, informações e discursos ficaram implícitos? Houve circulação do documento? Onde circulou? Qual sua materialidade? Como foi preservado? (LUCHESE, 2014). Ao formular tais questões, indica-se que são esses os múltiplos questionamentos às fontes, matéria-prima do pesquisador.

Nesse sentido, Le Goff (1996) atribui ao pesquisador a função de analisar o documento/monumento, não o isolando das condições de monumento, mas deve desestruturá-lo, desmontá-lo. Na análise dos documentos, “esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controle, verificando ou desqualificando, numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem” (CHARTIER, 2002, p. 85). Assim, uma das habilidades do historiador “consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm” (LE GOFF, 1996, p. 536).

A discussão da intencionalidade de produção de um documento escrito é também pertinente à fotografia, pois foi preciso analisá-las dentro de seu contexto de produção, circulação e significação, como representação. Sendo assim, um dos meios de análise entrelaçados com as demais fontes permite pensar que

[...] os homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade [...]. Materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos. Tudo isso, ou nada disso, a fotografia pode ser (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 405).

Levando-se em conta, portanto, o que a fotografia pode ser, foi preciso, ao introduzi-la no corpo deste artigo, atentar aos seus detalhes, algo que pode escapar da intencionalidade de produção ao local, aos sujeitos, às incoerências, às materialidades e às representações. A instituição escolar foi uma das bases do processo de nacionalização no Estado Novo. Kreutz (2014, p.153) afirma que nesse período “[...] se

recorreu ao processo escolar como uma das principais instâncias para a formação de um entendimento desejado “Estado/Nação e cidadania”. Com a homogeneização de práticas cívicas em todas as instituições escolares o sentimento de pertencimento à Nação seria exacerbado, as escolas produziram cidadãos brasileiros. Os rituais cívicos, tais como: hastear o pavilhão Nacional, entoar hinos, inaugurar retratos de Getúlio Vargas e enaltecer grandes heróis fizeram parte do cotidiano escolar, por uma imposição de Legislações e Decretos do Governo Vargas.

Desse modo, o artigo tem por objetivo perceber quais foram as comemorações escolares e como efetivaram-se no âmbito local, isto é, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no ano de 1942, período esse de acirramento efetivo das medidas de nacionalização e entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Pois se entende que é no local que ficam perceptíveis as especificidades “[...] cada detalhe adquire significado próprio, o que não se constata nas análises macroestruturais” (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 19).

Para tanto, inicialmente contextualiza-se o cenário da nacionalização do ensino, a seguir apresenta-se o suporte legal e reflete-se de forma breve sobre a não homogeneidade do processo em especial nas escolas confessionais católicas e por fim adentra-se a análise das festas escolares realizadas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes no ano de 1942.

Criando um cenário para nacionalização

Pensar processos de nacionalização, é pensar nas condições em que surgiram as políticas educacionais com objetivos de nacionalização e como se efetivaram. Para tanto, faz-se necessário revisitar a história e buscar os fatores externos que contribuíram para tanto. Inicialmente, como esclarece Cunha (2014), o cenário internacional, especialmente na Alemanha e Itália, com a ascensão dos partidos Nazista e Fascista, causou preocupações no Brasil que havia recebido muitos imigrantes. O temor do governo brasileiro era de que os imigrantes e descendentes fossem persuadidos pelo “perigo que vinha de fora” (CUNHA, 2014, p.11), referindo-se às ameaças fascistas e nazistas, o que acabou por motivar ações contra as comunidades étnicas.

A temática já despertou o interesse de pesquisadores gaúchos, dentre eles: Maria Helena Camara Bastos em sua tese de doutoramento “Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista”; Claudemir de Quadros

com a tese de doutorado intitulada: “Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul” e Maria Carmem Barbosa, no mestrado, com seu estudo “Estado Novo e Escola Nova: práticas políticas da educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945”.

Bastos (2005, p. 14) caracteriza a educação, nesse período, como um movimento articulado a uma política de reconstrução Nacional, com intuito de uma reordenação da Sociedade e do Estado em que a escola assume a tarefa de “[...]agência de difusão e propaganda de norma de convivência social, inspiradas em valores marcadamente autoritários.”

Com a implementação do Estado Novo em 1937, as ações governamentais na educação visam a formar o homem completo (pessoa, cidadão e trabalhador) para servir à Nação integralmente (plano moral, político e econômico). Nesse contexto evidencia-se a efetivação das medidas para nacionalização promovidas pelo Governo Vargas nas regiões onde houvesse imigrantes³. Ações que não se restringiram somente à escola⁴, mas também, à ação militar, à policial e à fiscalizadora, a qual pode-se dizer em alguns casos perseguidora, fizeram-se presentes nas comunidades. Porém, neste artigo irei me deter ao campo educacional.

Na visão de Kreutz (2014, p. 154), “os governantes buscavam implementar um processo escolar público com o objetivo de formar um povo mais esclarecido, capaz de formar uma pátria”. As escolas particulares e étnicas poderiam constituir-se ameaça sob o perigo de incutir a cultura de suas origens. Conforme Gertz (2005, p. 98):

[...] não há dúvida de que algumas medidas importantes para a institucionalização e para regulamentação do ensino em geral foram tomadas nesse período, da mesma forma que ocorreram a expansão física e a mobilização de professores, administradores e intelectuais em torno do assunto.

A ideia de que era necessário ao filho do colono ter acesso à cartilha do ABC, ao catecismo da religião católica e incentivar-lhe o civismo fica evidente no Governo Vargas (LENZI, 1940). Desta forma, os estrangeiros e seus descendentes teriam uma identidade, a pátria brasileira.

³ Iniciativas de nacionalização já vinham sendo estimuladas desde o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando surge a primeira campanha de nacionalização (GERTZ, 2014).

⁴ Para saber mais consultar Gertz (2005).

Para além dessas questões, o fato da entrada do Brasil na II Guerra Mundial acarretou na proibição do uso da língua estrangeira, o que certamente impactou as regiões colonizadas por imigrantes e os processos de escolarização, como foi o caso de Farroupilha, situada na região nordeste do RS, que teve sua colonização, a partir de 1875, predominantemente com imigrantes italianos.

Nacionalizar por Decreto: a legislação e a fiscalização

Para efetivar as medidas de nacionalização o Governo Vargas criou decretos, normas e determinou inspetores para fiscalizar sua concretização. A partir da Constituição Federal de 1934, foi restringida a circulação de livros e jornais em língua estrangeira em escolas particulares iniciando a tessitura dos posteriores Decretos (GERTZ, 1991).

Kreutz (2014, p. 172), aponta o Decreto de nº 7.212, de abril de 1938, como o marco inicial da legislação específica para nacionalização compulsória do ensino no Rio Grande do Sul. Ele traz importantes determinações que figuram sobre o ensino cívico, a educação física e os trabalhos manuais como diretrizes oficiais. Além disso, o autor assinala que as escolas particulares em que houvesse o ensino da língua estrangeira, seriam obrigadas a ter um ou mais professores do Estado, para o ensino do português, de História, Geografia Pátria e Educação Cívica, de forma que o pagamento era de responsabilidade da escola particular e com preferência de horário. A instituição que não pudesse arcar com essa despesa, ou não aceitasse o professor, seria fechada. Também a entrada de recursos estrangeiros para manter as escolas étnicas foi proibida, assim como inscrições em língua estrangeira no prédio. Ficavam ainda obrigadas as escolas a realizar o registro na Diretoria Geral de Instrução Pública. “Em 1938, quando foram decretados o registro e nacionalização de todas as escolas particulares, estavam registradas na Secretária de Educação 2.418 escolas particulares, das quais 241 fecharam suas portas em definitivo” (BASTOS, 2014, p. 90).

Outra legislação que Kreutz (2014) apresenta sobre o nacionalismo é o Decreto-Lei nº 406, de maio de 1938, tratando além dos aspectos já normatizados, da obrigatoriedade dos materiais didáticos em língua portuguesa, dos professores e diretores serem brasileiros natos e do currículo escolar reforçando a determinação de instrução adequada em história e geografia do Brasil.

A proibição do ensino de língua estrangeira a menores de quatorze anos, a imposição de que a Bandeira Nacional deveria ter lugar de destaque nas

comemorações festivas, também fazem parte das subseqüentes normatizações. E após esses, sucessivos decretos surgiram complementando os anteriores, o autor aponta ser o mais importante, o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, o qual “instruía os Secretários de Educação nos estados a construir e manter escolas na área de colonização estrangeira para estimular o patriotismo por parte dos estudantes” (BRASIL, 1939, s.p.).

Com o suporte legal as medidas foram sendo efetivadas, com diferentes intensidades sobre comunidades de diferentes etnias. Kreutz (2014) afirma que é necessário perceber que o processo de nacionalização não refletiu somente nas escolas étnicas e nos imigrantes italianos e alemães; outras etnias também mantinham escolas só que em menor número. As escolas alemãs⁵ foram perseguidas severamente nesse processo, enquanto as italianas ou as de congregações religiosas foram consideradas menos perigosas.

Um dos personagens desta história é o interventor Oswaldo de Cordeiro de Farias, que relata Gertz (2005) supervisionava pessoalmente o processo de nacionalização, exaltando em seus relatórios o sentimento de brasilidade que observara *in loco*. Além disso, as municipalidades contavam com fiscais locais.

Além do aparato legal o governo Estadual utilizou-se de publicações pedagógicas como a Revista do Ensino que circulou a partir de 1939 e tinha como público-alvo o magistério. Conforme Bastos (2005, p. 25) “sua criação resultou de uma mobilização da intelectualidade local no sentido de participar do projeto estadonovista de reconstrução nacional, trazendo o que entendia ser sua contribuição à organização da sociedade”.

E as escolas étnicas italianas e as confessionais católicas?

É sabido que os processos de nacionalização se refletiram de diferentes maneiras e com diferentes intensidades. A comunidade alemã e o perigo do Nazismo foram mais temidos do que o Fascismo de Mussolini. O que gerou menor desconfiança com as escolas étnicas italianas ou confessionais?

⁵ “[...] foram produzidos livros sobre o ‘perigo alemão e ao menos um sobre o ‘perigo japonês’, mas não há notícia de que se tivesse sido feito algo parecido em relação aos ‘italianos’” (GERTZ, 2005, p. 154).

Para o secretário de Educação José Pereira Coelho de Souza, não havia problema de nacionalização nas escolas urbanas de imigrantes e nas escolas de ordens religiosas. Pela especificidade de sua localização em área urbana, pela sua vinculação com o meio social e cultural mais amplo, e pelas melhores condições das mantenedoras, adaptaram-se facilmente às medidas de nacionalização (KREUTZ, 2014, p. 157).

Opinião partilhada por Gertz (2005, p. 153), para quem “[...] não há qualquer dúvida de que na comparação com os ‘alemães’ os ‘italianos’ foram avaliados com muito maior benevolência.”

As ordens e congregações religiosas também mantiveram escolas em centros urbanos. Eram escolas confessionais, não diretamente étnicas, todavia com muitas características da tradição cultural do país de origem da respectiva ordem religiosa. Embora não fossem muitas, exerceram função relevante na formação de lideranças. As escolas étnicas urbanas e confessionais tinham alunos provindos, principalmente da classe média (KREUTZ, 2014, p.157).

A religião católica era a considerada ideal para os brasileiros, enaltecida e divulgada nos meios de comunicação como os periódicos com a intenção de estabelecer uma unidade. Os imigrantes italianos, em sua grande maioria, eram católicos o que estava em conformidade com o esperado dos bons patriotas da era Vargas, enquanto os alemães, muitos luteranos, representavam a falta de unidade. O que se reflete nas escolas de congregações religiosas de origem italiana, merecerem menor desconfiança.

Não só os meios de comunicação se referiam à religião católica: ela era respaldada legalmente pela “Circular nº 4.543 de 31 de março de 1939, da Secretaria de Educação, autorizava expressamente o ensino religioso católico romano, episcopal e metodista, enquanto qualifica o luteranismo de ‘seita perniciosa’” (GERTZ, 2005, p. 164).

E os contrastes permanecem acentuados com relação às atitudes do governo com as diferentes etnias, em especial alemãs *versus* italianos, na postura com relação às escolas. Enquanto escolas étnicas alemãs foram fechadas ou tomadas pelo Estado, a igreja católica teve a oportunidade de negociar e fazer acordos.

Sganzerla (2001, p. 62) contribui com sua visão sobre as colônias italianas,

[...] Mussolini pretendeu manter a população emigrada ligada à pátria de origem e ao fascismo e o Brasil de Getúlio Vargas serviu-se do nacionalismo

extremado para eliminar os ‘quistos’ étnicos culturais que dificultavam sua proposta de construção de uma nação brasileira unitária.

Dessa forma, é possível entender a diferença no tratamento entre alemães e italianos. O vínculo ao catolicismo que tornou neste momento os italianos mais confiáveis, como religião oficial, Igreja e Estado apoiavam-se o que oportunizou abertura às negociações e as adequações de uma maneira menos abrupta. Diante do exposto adentra-se os muros de uma instituição confessional para compreender quais foram as festas escolares diante do contexto apresentado e como efetivaram-se no âmbito local.

O “Lourdes” e as festas escolares

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes iniciou suas atividades em 1917 em Nova Vicenza, colônia de Caxias, que só em 1934 se emancipa politicamente e passa a denominar-se Farroupilha. A escola paroquial foi criada com autorização do Bispo Dom João Becker pela Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas,⁶ de iniciativa privada e confessional para atender o ensino primário. O “Lourdes” como é citado pela comunidade é reflexo da entrada das diversas congregações no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX.

A congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas surge na Itália em 1895 como ramo feminino dos Irmãos de São Carlos e vem para o Brasil para atuar no Orfanato Cristovão Colombo em São Paulo. Somente em 1915 chegam ao Rio Grande do Sul para abrir instituições escolares, atuaram na área da saúde, nos hospitais.

A proveniência da congregação, italiana e católica, em tese, concederia a esta instituição um ambiente mais leve para as adequações ao processo nacionalista. Compreendo o espaço escolar a partir das contribuições de Luchese (2015, p. 343), “[...] como um produtor de sociabilidades”, desta forma a organização de festividades envolvendo alunos, pais e comunidade, produziu representações.

O processo de nacionalização nas escolas confessionais fez parte da cultura escolar, repetindo ao longo do tempo comemorações tais como as cívicas e as celebrações dos saberes através dos exames, pretendendo inculcar nos sujeitos o sentimento patriótico, isto é, o pertencimento à Nação. Algumas dessas festas e

⁶ Sobre a Congregação ver mais em: Bresolin (1998), Oliveira (2009), Signor (1984; 2005) e Souza (2000).

comemorações foram registradas e os documentos conservados; desta forma, podemos hoje realizar esta análise. No livro de atas de 1942 do Colégio Nossa Senhora de Lourdes constam as atividades relacionadas desde o início das aulas até o dia da Bandeira, totalizando onze atas, lavradas e assinadas pela Irmã Maria Alice, diretora da instituição escolar no período.

Marca o início do calendário escolar a abertura das aulas (Ata nº1) no dia dois de março de mil novecentos e quarenta e dois, com cento e vinte e dois alunos matriculados, na presença das cinco professoras, todas as irmãs de São Carlos Borromeu Scalabrinianas. Seguem-se as demais atas descrevendo as comemorações realizadas ao longo do ano, conforme apresentadas no Quadro 2.

Observa-se que as atas apresentam uma sequência cronológica, exceto a de número 6, que foi registrada após a semana da Pátria. Ainda é possível afirmar que o registro apresenta algumas das comemorações realizadas na escola e não todas, pois marca a abertura do ano letivo e não o encerramento, por exemplo. Questões emergem a partir de então: quais eram as comemorações religiosas? E as comemorações internas da instituição? O livro de atas é um documento que fez parte da escrituração escolar, provavelmente redigido pela diretora da escola no período, e que podia ser requisitado pela fiscalização do ensino, o que explica as datas registradas, descritas no documento. Fazia necessário registrar aquilo que pudesse ser exigido pela fiscalização.

Quadro 2 — Atas de comemorações do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1942).

Ata	Data	Comemoração
Ata n. 1	2 de março	Reabertura das aulas
Ata n. 2	14 de abril	Dia Pan-americano
Ata n. 3	21 de abril	Tiradentes
Ata n. 4	1 de maio	Dia do trabalhador
Ata n. 5	1 a 7 de setembro	Semana da Pátria
Ata n. 6	25 de agosto	Duque de Caxias, Dia do Soldado.
Ata n. 7	22 de setembro	Dia da árvore
Ata n. 8	15 de outubro	Dia do professor
Ata n. 9	10 de novembro	Dia da Nova Constituição
Ata n. 10	15 de novembro	Dia da República
Ata n. 11	19 de novembro	Dia da Bandeira

Fonte: Livro de atas de comemorações cívicas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1942).

As atas registram com atenção as datas, os sujeitos presentes em cada comemoração (alunos, professoras e autoridades), expressam a aceitação de convites

da municipalidade e registram práticas realizadas na instituição escolar e fora dela. Expressam assim a participação na programação municipal e a realização de atividades escolares para disseminar os saberes relacionados às datas comemorativas. Símbolos marcam a escrita das atas e a Bandeira Nacional toma lugar de destaque nas comemorações, junto ao canto do Hino Nacional e do Hino à Bandeira.

No Dia Pan-americano, atendendo a convite do prefeito, o colégio fez-se presente à Praça da Bandeira, onde às nove horas foi hasteado o pavilhão Nacional e dois alunos do colégio declamaram “As duas Américas” e o “Dia Pan-americano”. Já “o turno da tarde foi determinado concluir os desenhos das bandeiras dos países Americanos, já iniciados com muita antecedência” (Ata nº2). Segundo Bastos (2005) a Revista do Ensino disseminava a ideia de que o dia pan-americano fortaleceria o sentimento nacional valorizando o pacifismo da América. Diante disso, foram publicados vários artigos exaltando a data e criticando a prática de recorrer aos modelos europeus.

As datas comemorativas foram também momento de incluir a escola, junto as demais instituições escolares municipais e estaduais, adentrar as comemorações municipais com a participação da comunidade e de mostrar sua competência pedagógica, apresentando declamações, por exemplo. O que denota o município como articulador das comemorações cívicas nas quais as instituições escolares se faziam presentes.

Os grandes heróis tiveram lugar privilegiado e foram devidamente comemorados, vinte e um de abril, dia de Tiradentes (Ata nº3). Foram enaltecidos com aulas das professoras sobre sua vida e após realizada uma redação sobre o tema. As melhores foram lidas, findando com o canto do hino à Bandeira no pátio.

No dia cinco de agosto foi a vez de ser festejado Duque de Caxias como grande herói.

As 8h30 missa na Matriz por ordem da Prefeitura Municipal. Após a missa cada classe houve uma palestra pelas professoras, rememorando os atos de bravura e de condescendência do vulto de nossa história. O 2º ano inaugurou o patrono da sala de aula que foi escolhido Duque de Caxias. Às 10 horas hasteamento do Pavilhão Nacional no edifício do Colégio. Declamaram as alunas Eda Tartarotti e Alda Farinon. Foram cantados os hinos “Demos um viva” e o Hino à Bandeira (Ata nº 6).

Percebe-se que o espaço e o tempo escolar foram organizados para celebrar os heróis da história, enaltecendo suas histórias de vida e contribuições para com a Pátria

utilizando-se de produções escritas, leituras, cantos, rituais de hasteamento da Bandeira Nacional e homenagens na figura de patrono.

A valorização do trabalho é demonstrada no dia primeiro de maio, com o hasteamento da Bandeira dando início às comemorações. A palestra das professoras deveria “incutir o amor ao trabalho, mostrando a vantagem que traz no seio da humanidade” (Ata nº 4) e concluiu-se a comemoração com o canto do Hino à Bandeira. A prática no Colégio Nossa Senhora de Lourdes se assemelha ao “auditório” considerado um meio de ensino que poderia ocorrer na sala de aula ou em reuniões com todos os alunos da escola foi proposto para as “comemorações cívicas, audições, apresentações, palestras integrando a escola e a comunidade” (BASTOS, 2005, p. 229). A dinâmica escolhida foram palestras nas salas de aula e o momento coletivo foi o canto do Hino.

Mereceram uma extensa e detalhada descrição as comemorações referentes à Semana da Pátria (Ata nº5). O hasteamento e o arriamento do Pavilhão Nacional acompanharam durante toda a semana as comemorações, sem serem interrompidas ao final de semana. Conforme Cândido (2015, p. 236), “no Brasil, dentre todas as datas cívicas, o 7 de setembro teve uma expressão maior, pois se trata do dia dedicado à pátria, reconhecendo-se nos seus festejos um tributo prestado pelo povo à nação ainda nos dias atuais.”

As comemorações tiveram início na Praça da Bandeira, local culturalmente estabelecido para tal, com declamações de alunos e posterior missa pelo restabelecimento de Getúlio Vargas, com a presença de autoridades e dos colégios, com a benção do padre Ernesto Brandalise à bandeira confeccionada pelos alunos, tendo como madrinha a professora Maria Mocellini.⁷ As comemorações cívicas envolviam toda comunidade nos espaços dentro e fora da escola. Nos dias a seguir continuaram os rituais e declamações, e quando da necessária ausência dos alunos na Praça, essas foram justificadas em ata, como por exemplo o “mau-tempo” ou o “Dia da Mocidade”.

No dia 7 de setembro intensificavam-se as atividades. Além das já citadas serem mantidas, hasteamento, cantos e declamações, houve o desfile cívico, a missa campal e o concurso de oratória no Salão Vicentino. Bencostta (2006) argumenta que os desfiles cívicos foram transmissores de uma linguagem coletiva, capazes de gerar inúmeras significações tecendo uma memória coletiva como uma grande festa.

⁷Maria Mocellini era professora pública estadual aposentada e residia junto às irmãs desde 1939.

O concurso foi um convite do Juiz Municipal aos alunos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes que apresentaram as teses indicadas no Quadro 3.

Quadro 3 — Teses apresentadas.

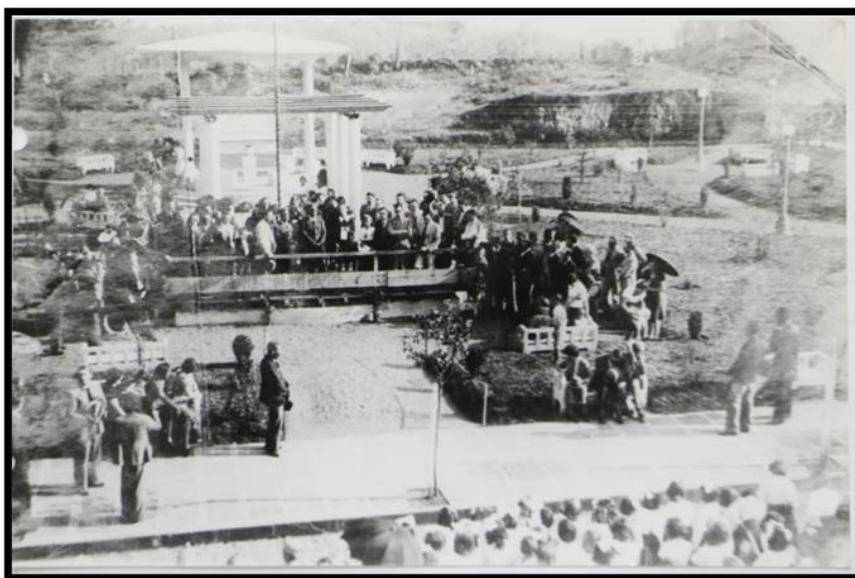
Aluno	Tese
Getúlio Silveira	Independência
Helio Valentini	Tiradentes
Haroldo Hilguert	D. Pedro I
Primitiva Bonetto	Independência
Ermilinda Favreto	Tiradentes
Gelsa Brambilla	D. Pedro I

Fonte: Livro de atas de comemorações cívicas, acervo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1942).

A partir do Quadro 3 pode-se conferir os sujeitos definidos pelo Estado que deveriam ser comemorados, D. Pedro I e Tiradentes. Não é ao acaso que surgem os temas das teses apresentadas (e que quase todas se referem a “heróis da história”) e duas teses com o tema Independência, muito valorizado no contexto do nacionalismo.

O envolvimento da comunidade nas comemorações com a participação de escolas, igreja e autoridades municipais mobilizava os moradores do município. O que pode ser apreciado na imagem de encerramento das comemorações cívicas neste ano, na Praça da Bandeira (Figura 1).

Figura 1 — Encerramento das comemorações cívicas de 1942, Farroupilha/RS.



Fonte: Acervo do Museu Casa de Pedra.

Nessas ocasiões, em construção realizada na Praça da Matriz, como uma espécie de púlpito, ficam as autoridades, próximos a eles homens bem vestidos o que indica que era momento de festa, as moças sentadas no banco viram-se para olhar as pessoas que estão no púlpito, talvez em discurso. Um dia de sol, algumas pessoas se protegem dele com sombrinha. Na rua aparentemente sentados os alunos participam do encerramento dos festejos.

Outra data que contou com a presença do fiscal do ensino particular foi a de celebração ao Dia da Árvore. A comemoração realizada no colégio teve como convidadas a diretora do Grupo Escolar Farroupilha Silvia Jaconi e a professora aposentada Maria Mocellini. Isso demonstra que os momentos de celebrar congregavam os colégios públicos e particulares. Nesta ocasião, o hasteamento da Bandeira foi feito pelo Sr. Oscar Rodrigues, que também plantou uma árvore. Foi entoado o canto do hino à árvore pelos alunos. O dia da árvore fez parte das “festas da natureza”, incutindo “[...] o apreço e o zelo à natureza, representada como a riqueza do país” (CÂNDIDO, 2015, p. 242).

A comemoração seguiu com palestra, leitura de redação, dramatização dos dez mandamentos da árvore e declamação de poesias.

[...] salienta-se que as festas escolares cívicas foram momentos privilegiados de disseminação coletiva dos ideais republicanos, seus heróis e símbolos. Às festividades, antecediam-se dias de preparação, ensaio, atribuições de tarefas e papéis aos alunos (LUCHESE, 2015, p. 344).

A presença da era Vargas tem ressonâncias no cotidiano escolar. Em ata de número dezesseis de abril de 1943, foi inaugurado o retrato de Getúlio Vargas no Colégio com a presença de autoridades civis e militares, realizado o hasteamento da Bandeira e a apresentação de cantos e poesias pelos alunos, discursos de autoridades e entrega de presentes aos alunos necessitados desta escola. O presente oferecido foi um corte de tecido para confecção de uniformes, que foram comprados com a sobra de valor angariado para custear o retrato. Bencostta (2006) observa que a figura de Vargas foi enaltecida como grande administrador.

Fotos de Getúlio Vargas chegaram a ser vendidas pelo território rio-grandense por preços altos, até o surgimento da Circular nº19, de 15 de setembro de 1942, que proibia a venda não só dos retratos, mas também, de álbuns e distintivos (GERTZ, 2005).

Mereceram atenção ainda as comemorações como a do Dia do professor, realizada internamente no Colégio e datas como o Dia da nova Constituição, Dia da República e Dia da Bandeira (Atas nº 8, 9, 10 e 11). No Dia do Professor:

As crianças suggestionadas pela direção, desde a véspera deixaram as respectivas salas de aula adornadas com flores. As 9 horas depois de terem oferecido cada qual a própria professora os ramalhetes de flores e outros presentinhos, visitaram as salas de aula, sendo a professora de cada classe recebida pelos alunos com uma salva de palmas. Em seguida as crianças foram dispensadas (ATA nº 8).

O que denota a forma de organizar a homenagem com intuito de valorizar o professor como um profissional da educação.

A comemoração da nova Constituição ficou sob a responsabilidade dos alunos do quinto ano. A aluna Lourdes Risso falou sobre a data e Maria Benvenuti declamou o “Estado Novo”. A canção escolhida para encerrar a celebração interna foi o Hino do Colégio e às 18 horas um grupo de alunos compareceu à Praça da Bandeira para acompanhar o arriamento da Bandeira realizado pela diretora do Colégio (ATA nº 9).

Já na comemoração do Dia da República os alunos do Colégio incorporaram-se às celebrações na Praça da Bandeira para o hasteamento da Bandeira Nacional. Após esse momento retornaram para a instituição escolar e realizaram o hasteamento da bandeira no prédio escolar. Por fim ocorreram preleções, leitura de poesias, dramatização e o canto do Hino a República. Às 18 horas retornaram à Praça da Bandeira para o arriamento da Bandeira Nacional.

E quanto ao encerramento do ano letivo, mesmo ele não compondo esse conjunto de atas, compôs o livro de atas que registrou os exames escolares.

Uma solenidade de pompa realizada no Cine Guarani descrita na ata como “festa de encerramento do ano letivo”, no dia 12 de dezembro, em que compareceram Antônio Pedroso Pinto, o prefeito, Dr. Croacy de Oliveira, Juiz, Valentim Moacir de Castro, delegado, Revmo Padre Ernesto Brandalise, Oscar Rodrigues Dorneles, fiscal de ensino particular, Sr. Edmundo Hilguert, José Perguer e Arthur Comandulli, aberta a sessão com o Hino Nacional, seguida da entrega de atestados pelo Dr. Oscar Rodrigues Dorneles. O aluno Getúlio da Silveira de Souza foi o orador da turma. Ao prefeito coube a tarefa de colocar uma medalha no peito do aluno classificado em primeiro lugar, com as notas mais altas, Dino Dorigon. Encerrou-se a solenidade com o discurso do pároco.

Assim compreende-se que a festa de encerramento corresponde à solenidade de formatura do ensino primário e reuniu, de um lado, a mesa composta para a festa e os alunos, e de outro, os não citados, os familiares e os membros da comunidade. O momento solene destacou as autoridades locais, e são elas que endossam a validade da festa, que “autoriza um nascimento”, um novo lugar na sociedade, no caso, os formandos do curso primário (CHARTIER, 2004, p. 37).

Faria Filho (2014) afirma que a criança se transforma em aluno⁸ ao iniciar o processo de escolarização. A partir dessa perspectiva, pode-se considerar que, após concluir o Ensino Primário, propondo-se uma nova categorização, de aluno passaria para o *status* de cidadão. Ao categorizar todos como alunos e promover uma solenidade, elevando-os à condição de concluintes, entende-se que ocorre aí um apagamento. Assim, todas as notas baixas, as situações de indisciplina, ou mesmo aquelas situações que não tinham correspondido ao esperado no cotidiano escolar não são mais importantes, parecendo anularem-se. Nesse momento, todos são promovidos igualmente ao receber o diploma, ocorrendo o fenômeno que se constituiu na mais forte tendência da escola, que era o processo de homogeneização de todos os que passavam por ela.

Os gestos e discursos colocam em cena o programa da noite da solenidade: primeiro cantar o Hino Nacional, após entregar os atestados de conclusão aos alunos, em seguida discursar, tarefa realizada pelo orador, também entregar o destaque ao aluno que tem as melhores notas e, por fim, ouvir a fala do padre.

Um programa organizado de forma festiva, mas que também transmite um sistema de valores, estabelece hierarquias e põe em confronto os contrários. Os valores que permeiam a ocasião exaltam o nacional, os valores católicos e a importância de ser bom estudante, ou seja, aquele que consegue as melhores notas. A solenidade estabelece, assim, a hierarquia da sociedade letrada, e quem conhece os saberes escolares torna-se alguém que obtém um lugar de destaque na sociedade, colocando-se em oposição ao analfabeto, com o não escolarizado. Nesse sentido, portanto, a solenidade pode ser vista também como uma consagração de valores (CHARTIER, 2004). Não é por acaso que a fala final da solenidade é o discurso do padre Ernesto Brandalise, que confere à solenidade o devido tom religioso, confirmando, dessa forma, a dominância dos valores católicos.

⁸ Entendido como “aquele sujeito que passa a existir para a escola como alguém que aprende, sendo em função desse aprendizado que ele deve ser conformado” (FARIA FILHO, 2014, p. 192).

Os símbolos utilizados, na solenidade, para consagrar os concluintes são o diploma para todos os alunos e a medalha para o aluno que se destaca com as notas mais altas. Para registrar a conclusão do primário, era também providenciada a fotografia, momento em que os diplomas segurados nas mãos de cada aluno são apresentados como troféus. Abaixo a representação do aluno Dino sobre o momento da produção da fotografia.

[...] quando nós fomos tirar essa foto da turma da formatura, nós fomos aqui num fotógrafo, eu lembro bem numa esquina que tem o CIDI agora [refere-se ao local do estúdio fotográfico]. Tem um fotógrafo que era o tal de Ayres e aí colocaram nós numa turma lá. Então o fotógrafo me colocou no meio, que eu tinha a medalha e o canudo de primeiro lugar, e eu vi que a professora, uma das freiras ou irmã. Eu falo mais freira, naquele tempo se falava freira, agora é irmã. Então a freira disse, não, mas ele é muito acanhado muito tímido vamos botar ele, me botaram no lado (DORIGON, 2016, *entrevista*).

Pode-se perceber que o local escolhido para a produção da imagem foi o estúdio do fotógrafo Carlos Ayres, o qual, pela indicação lembrada pelo aluno, situava-se próximo à escola. A disposição dos alunos é organizada pelo fotógrafo, que levou em conta os critérios de colocar no centro do grupo o melhor aluno, mas ocorreu a interferência da irmã que acompanhava o grupo (Figura 2).

Figura 2 — Festa de Encerramento de ano Letivo (1942) - Concluintes do Primário. Fonte: Acervo Pessoal de



Raul Pedro Tartarotti.

Quanto à aparente insatisfação do aluno em não ficar ao centro é pertinente, pois o aluno esperava ocupar o lugar central, de destaque, por ser esta a representação atribuída ao “melhor” aluno. E ter as melhores notas, evocada nas lembranças de Dino, era algo desejado. Segundo ele, “até no último ano, em 1942, nós tínhamos uma disputa grande pra quem ia tirar o primeiro lugar, era eu e a Gelsa Brambila” (DORIGON, 2016, *entrevista*).

As roupas parecem ter sido combinadas previamente, pois têm similaridade, tanto no caso dos meninos quanto das meninas, essas, neste ano, em minoria. Na fotografia, é possível identificar da esquerda para a direita em pé: Raul Pedro Tartaroti, Hélio Valentini, Sadi Zini, Getúlio Silveira e Haroldo Hilguert. Sentados: Nataly Valentini, Lourdes Rizzo, Primitiva Boneto, Gelsa Brambilla e Dino José Dorigon. “A experiência de escolarização das crianças é para as famílias uma necessidade social e motivo de orgulho. Os estúdios fotográficos, os fotógrafos profissionais e amadores souberam apreender bem o significado simbólico dessa experiência” (SOUZA, 2009, p. 321).

A medalha entregue pelo prefeito e colocada no peito do aluno Dino pode ser observada na Figura 3, em frente e verso. Os detalhes da medalha, ao serem observados, apontam pistas.

Figura 3 — Medalha concedida ao aluno “destaque”, Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1942) – Frente e verso.



Fonte: Acervo pessoal de Dino José Dorigon.

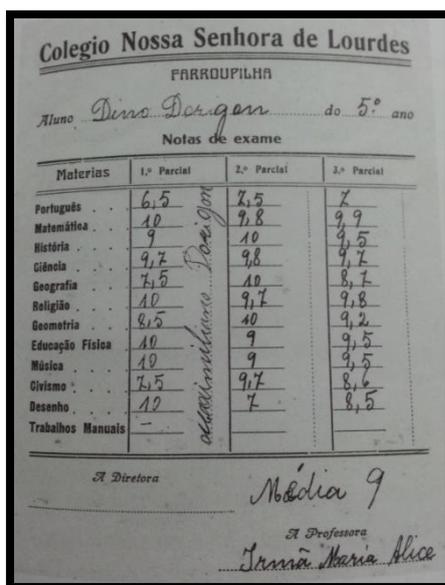
Os símbolos marcados pela fita verde e amarela e pela imagem do Sagrado Coração de Jesus revelam o sistema de valores que embasa a educação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Isso remete mais uma vez ao esperado da escola primária

de uma escola confessional, ou seja, inculcar no estudante o amor à Pátria e os princípios da religião cristã católica, confirmando-o como um cidadão disponível à sua Pátria, disposto ao trabalho e fiel aos valores cristãos. “A reformulação do papel e das funções da escola é um ponto importante na política de nacionalização do ensino [...]. Esta nova escola deveria desempenhar funções esperadas pelo Estado, formando uma consciência nacional e promovendo a unidade espiritual” (QUADROS, 2014, p. 105).

Ao promover festas escolares e públicas não se pode negar que davam uma visibilidade política ao âmbito educacional e reafirmavam a importância da escola para os pais, alunos e professores (CANDIDO, 2015). Ao que parece, tais solenidades, com a implementação do curso ginásial, passaram a não ser mais realizadas para os concluintes do Ensino Primário, mas apenas para as concluintes do curso ginásial, conforme a narrativa da Irmã Mafalda Seganfredo (2015): “eu lembro das formaturas, me parece que antes, faziam formatura de primário, principalmente com aquela Irmã Maria Alice Milani, mas eu não [es]tava aqui. Faziam muito porque não tinha o ginásio, então faziam do primário.”

O aluno Dino José Dorigon, no ano de 2013, publicou sua autobiografia e nela reservou um capítulo para o “Dino e a escola” em que apresenta algumas vivências cotidianas e publicou seu boletim de 1942 quando homenageado na “festa de encerramento de ano letivo” em sua conclusão dos estudos no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Figura 4).

Figura 4 — Boletim escolar Dino José Dorigon, 1942.



Colégio Nossa Senhora de Lourdes			
FARRÓUPILOA			
Aluno <i>Dino Dorigon</i> do 5º ano			
Notas de exame			
Materias	1º Parcial	2º Parcial	3º Parcial
Português	6,5	7,5	7
Matemática	10	9,8	9,9
História	9	10	9,5
Ciência	9,7	9,8	9,7
Geografia	7,5	10	8,7
Religião	10	9,7	9,8
Geometria	8,5	10	9,2
Educação Física	10	9	9,5
Música	10	9	9,5
Cívico	7,5	9,7	8,6
Desenho	10	7	8,5
Trabalhos Manuais	-		
A Diretora			
Média 9			
A Professora			
<i>Irmã Maria Alice</i>			

Fonte: Dorigon (2013).

Dorigon (2013, p. 83) relata com orgulho seu resultado no primário e não fora apenas ele na família que teve o privilégio de ser homenageado: “[...] sua irmã Lides formou-se em 1941, ficando em 1º lugar com a média 9,6 [...]. Assim como a irmã, ele também recebeu medalha de primeiro lugar, com a média 9,0”. Ainda se destaca que o civismo é disciplina curricular e é contemplada com notas específicas a cada trimestre.

A partir do exposto pode-se inferir que os rituais, ou seja, solenidades de conclusão do primário também foram se adequando aos níveis de ensino atendidos na instituição, as iniciativas das diretoras que ali atuaram e aos valores atribuídos à escola primária gaúcha no período, fazendo parte das culturas escolares da instituição escolar.

Considerações finais

A década de 1940 foi momento de acirramento da campanha de nacionalização de ensino e as festas escolares serviram para disseminar os discursos em voga nas escolas. O calendário escolar ficou repleto de datas para serem lembradas, ao passo que houve um apagamento de outras consideradas menos importantes. O calendário passa a ser pautado não mais pelas datas religiosas e sim pelas datas republicanas e a elas incorporados os rituais religiosos como, por exemplo, as missas.

A diversidade cultural étnica foi considerada ameaça a uma pátria unida com o “verdadeiro espírito de brasilidade”. Nesse processo, os italianos parecem ter sido menos assediados e percebe-se a adesão às comemorações cívicas, festas da natureza e celebrações como a do dia do professor no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, inclusive com a presença da fiscalização. A proibição da língua parece não ter tido efeitos que tenham merecido registro nestes documentos. As atas estão escritas em português com clareza na elaboração do texto.

O fato de o colégio ser confessional lhe conferiu um possível conforto neste período. Já diversas escolas étnicas foram fechadas ou tomadas pelo Estado nesse processo, porém o Colégio Nossa Senhora de Lourdes nunca interrompeu suas atividades e tinha um forte apoio da comunidade que auxiliou com uma comissão de pais na construção de prédio próprio que foi inaugurado em 1943.

Ao analisar quais foram as comemorações escolares registradas em ata percebe-se uma adesão da instituição confessional a nacionalização do ensino. As festas escolares não se utilizaram apenas dos espaços internos do prédio escolar,

também adentraram a programação municipal e congregaram com as escolas estaduais. Foram presença nesses momentos além de alunos e professoras, autoridades políticas, religiosas e a comunidade. Localmente percebe-se que a nacionalização foi baseada em negociação, muito mais do que por repressão com grande ênfase no ensino do português.

As celebrações pautaram tempos e espaços do cotidiano escolar disseminando valores e saberes nacionalistas, criando múltiplos sentidos e representações para os sujeitos que participavam que não podem ser capturados na escrita da ata. Efetivaram-se pautados nos modelos estaduais de ensino apropriados ao contexto local.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BARBOSA, Maria Carmem. **Estado Novo e Escola Nova**: práticas políticas da educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara; TAMBARA, Elomar Callegaro. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul. *In*: QUADROS, Claudemir de. (org). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora UFSM. 2014. p. 71-117.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos escolares**: cultura primaria e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 299-322.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1934.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1934.

BRESOLIN, Ema. **Pedagogia carlista-scalabriniana no contexto socioeducacional de nosso tempo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC, 1998.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja?: uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares. *In*: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JUNIOR, Décio. (org). **O que a escola faz?:** elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015. p.229-250.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-417.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O lugar da educação na modernidade luso-brasileira no fim do século XIX e início do XX**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 1. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 2. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 3. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 4. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 5. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 6. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 7. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 8. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 9. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 10. 1942.

Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Livro de Atas de Comemorações Cívicas nº 11. 1942.

CUNHA, Jorge Luiz da. Prefácio. *In*: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. p. 7-12.

DORIGON, Dino; PONIWASS, Maria Cleufe Bianchi. **Entre o céu e a terra**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918). 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

GERTZ, René Ernaini. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Editora Universitária, 2005.

GERTZ, René Ernaini. Etnias e nacionalização no Sul do Brasil. *In*: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

GERTZ, René Ernaini. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

KREUTZ, Lucio. **A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul**: medidas preventivas e repressivas. *In*: QUADROS, Claudemir de. **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1996.

LENZI, Branca Regina (org.). **Os coloninhos**: semana da pátria. Porto Alegre: Editora Globo, 1940.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: FERREIRA, Marieta De Moraes; AMADO, Janaina P. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.15-25.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43. p. 145-161, maio/ago., 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **Educação scalabriniana no Brasil**. 2009. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2009.

PANDOLFI, Dulce. Apresentação. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 9-15.

QUADROS, Claudemir de. O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino, aparelhamento do Estado e reforma educacional no Rio Grande do Sul. *In*: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. p.119-152.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o centro de pesquisas e orientações educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 428 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SGANZERLA, Cláudia Mara. **A lei do silêncio**: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs missionárias de São Carlos**: scalabrinianas (1895-1934). Brasília: CSEM, 2005.

SIGNOR, Lice Maria. **João Batista Scalabrini e a imigração italiana**: um projeto sócio pastoral. Porto Alegre: Palotti, 1984.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Wlaumir Donisete de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso de Idalina. São Paulo: UNESP, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista de educación**, n. 306, p. 245-269, 1995.

DORIGON, Dino José. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 10 maio 2016. Entrevista.

SEGANFREDO, Mafalda. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 04 ago. 2015.

Recebido em: nov. 2020

Aprovado em: nov. 2021